

## Princípios de Bom Governo

### Regulamentos internos e externos a que a empresa

#### 1.i. Regulamentos internos aplicáveis

No plano interno a atividade da PARPÚBLICA encontra-se sujeita, em primeiro lugar, ao regime jurídico definido no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de setembro, e aos Estatutos da sociedade aprovados pelo mesmo diploma com as alterações entretanto aprovadas em assembleia geral da sociedade.

Por seu lado os colaboradores e colaboradoras da PARPÚBLICA estão sujeitos ao enquadramento definido pelo Código de Ética e outros regulamentos internos e também pelo enquadramento aplicável ao Setor Empresarial do Estado, designadamente, e em particular, em matérias relacionadas com os deveres de lealdade, sigilo profissional e integridade, respeitantes ao serviço em funções públicas, mas também em matéria remuneratória, no que concerne às determinações legais específicas, que têm determinado regras imperativas em matéria de remunerações e progressões de carreira.

No âmbito interno encontram-se em vigor diversos Regulamentos que delimitam a atividade corrente da empresa. A característica fundamental comum a esses regulamentos é o respeito pelo princípio da segregação de funções e da definição inequívoca dos circuitos administrativos e contabilísticos, o que se considera indispensável num ambiente em que se promove a afetação de funções e responsabilidades aos diferentes intervenientes. Estes aspetos são tidos como fulcrais para garantir os objetivos de transparência, rigor, integridade e segurança que se pretendem salvaguardar. Mas são também relevantes como suporte a um sistema de organização que visa promover o mérito com base na avaliação do desempenho.

No plano da organização funcional destaca-se, pela sua relevância no contexto do modelo de controlo interno, o Manual de Procedimentos. O Manual que se encontra em vigor na PARPÚBLICA foi aprovado pela Administração em 2012, tendo tido uma atualização em 2014, encontrando-se, de novo, em processo de revisão. Esta necessidade decorre não só da adoção das novas ferramentas de trabalho, mas também como consequência das alterações que vêm ocorrendo no âmbito de atividade da empresa. Este processo de revisão, apesar de iniciado ainda em 2017, não ficou concluído em 2018 por várias razões a principal das quais está relacionada com o facto de esse ano ter coincidido com a fase de desenvolvimento, parametrização e implementação das novas plataformas de trabalho, em particular os sistemas de gestão empresarial e documental, o que constituiu também uma oportunidade para rever e ajustar procedimentos. Igualmente relevante para a atualização do Manual de Procedimentos são as conclusões do processo de Auditoria Interna cujo Relatório final ficou concluído durante o ano de 2018.

Também a merece especial referência neste contexto a implementação do Filedoc, uma ferramenta informática que permite um novo modelo de gestão documental com funcionalidades e capacidade acrescidas face ao que se encontrava em funcionamento na empresa desde 2008. Para a adequada utilização deste sistema foram elaborados um *Manual de Utilizador* e um *Guia de Procedimentos*, os quais estabelecem regras para a utilização do sistema,

nomeadamente nos domínios do registo, classificação, endosso e pesquisa, de forma a uniformizar e estabelecer uma rigorosa classificação documental.

A implementação deste novo sistema de gestão documental, que assegura o processo de emissão, receção e organização de toda a correspondência e produção documental, incluindo a documentação contabilística, e ainda a gestão do arquivo, teve também por base a necessidade de garantir uma plena integração com o sistema de gestão empresarial (ERP), o qual, para além de permitir uma maior eficiência dos processos de trabalho constitui também um instrumento particularmente útil no âmbito do sistema de controlo interno sob várias perspetivas, desde logo as relacionadas com a fiabilidade da informação mas também as que remetem para o controlo dos circuitos inerentes ao diversos processos associados à realização e contabilização de receitas e despesas.

Num outro plano destaca-se ainda a existência do *Regulamento para a Aquisição de Bens e Serviços, Locação de Bens e Contratação de Empreitadas pela PARPÚBLICA*, de um documento relativo à *Política de Gestão do Risco de Fraude*, aprovado em 2010 e revisto em maio de 2018, de outro documento que respeita à *Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo*, aprovado em julho de 2018 e do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*, aprovado em 2010 e revisto em setembro de 2017, como já anteriormente referido.

A PARPÚBLICA dispõe de um Plano de Igualdade de Género, adotado em 2017 pela primeira vez de uma forma expressa e formal. Para além de cumprir uma obrigação legal, a elaboração deste Plano traduz a aceitação de compromissos no campo da promoção da igualdade de género, designadamente através do desenvolvimento das seguintes ações:

- definir uma política de promoção da igualdade de género e não discriminação, adequada à natureza e à dimensão da empresa, bem como aos seus impactos previsíveis neste domínio;
- adotar de boas práticas laborais, apoio profissional e de desenvolvimento pessoal, equipamentos, serviços e benefícios, entre outros;
- assegurar o cumprimento, a monitorização e a revisão de objetivos, programas, indicadores e metas nas suas políticas e práticas.

Destaca-se que todos estes Regulamentos internos são enquadrados pelos princípios que constam do Código de Ética.

Todos os Regulamentos com incidência na relação da empresa com o exterior, encontram-se disponíveis no *site* da empresa<sup>1</sup>.

## **1.ii. Regulamentos externos a que a empresa está legalmente sujeita**

A atividade da PARPÚBLICA encontra-se sujeita às normas legais relativas às Sociedades anónimas, nomeadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e também às decorrentes da sua natureza de empresa pública, de acordo com o regime jurídico que se encontra estabelecido no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

---

<sup>1</sup> [www.parpublica.pt](http://www.parpublica.pt)

Por se tratar de uma empresa de capitais públicos, é igualmente relevante a legislação que se refere ao controlo financeiro exercido pelo Tribunal de Contas assente na Lei n.º 98/87, de 26 de agosto<sup>2</sup>.

Sendo a PARPÚBLICA uma empresa pública os seus gestores, no que concerne aos requisitos de idoneidade, mérito profissional, experiência de gestão, sentido de interesse público, questões de incompatibilidades e impedimentos, condições relativas ao exercício de funções, e ainda matérias remuneratórias e outros direitos, estão abrangidos pelo Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

Por seu lado a atividade da PARPÚBLICA está sujeita a regulamentação própria das sociedades gestoras de participações sociais consubstanciada no Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro, e legislação suplementar, o que confere à Inspeção-Geral de Finanças funções de supervisão relativamente a certos aspetos da atividade desenvolvida. Para além disso, e tendo em conta que a PARPÚBLICA, no âmbito da sua atividade, é emitente de valores mobiliários transacionáveis em mercados regulamentados, está também sujeita ao cumprimento de Regulamentos específicos da CMVM, particularmente em matérias respeitantes à transparência da gestão, à disponibilização dos documentos de prestação de contas anuais e intercalares, e à garantia da integridade e apropriada divulgação de informação relevante, nomeadamente enquanto detentora de participações qualificadas e enquanto emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Para além disso, uma vez que o Grupo PARPÚBLICA integra empresas com natureza de sociedades financeiras, a PARPÚBLICA está também sujeita à supervisão do Banco Portugal, principalmente no que diz respeito à composição dos seus órgãos de administração e fiscalização, uma vez que o exercício de funções pressupõe a existência de autorização prévia daquela entidade, e também quanto à prestação de informação financeira e à adoção de princípios prudenciais na condução da atividade, tais como os mecanismos destinados a impedir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Por fim, refere-se que, desde 1 de janeiro de 2015, data em que a PARPÚBLICA integrou o perímetro do Orçamento do Estado, a empresa passou a estar obrigada a aplicar a generalidade dos normativos legais em matéria orçamental, entre os quais o Regime da Administração Financeira do Estado (RAFE) - Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de março, e a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) das entidades públicas – Lei n.º 8/2012.

---

<sup>2</sup> Com as alterações decorrentes da Lei n.º 87-B/98, de 31 de dezembro; Declaração de Retificação n.º 1/99, de 16 de janeiro; Lei n.º n.º 1/2001, de 04 de janeiro; Lei n.º 55-B/2004, de 30 de dezembro; Declaração de Retificação n.º 5/2005, de 14 de fevereiro; Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto; Declaração de Retificação n.º 72/2006, de 06 de outubro; Lei n.º 35/2007, de 13 de agosto; Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril; Lei n.º 61/2011, de 07 de dezembro, Lei n.º 2/2012, de 06 de janeiro e Lei n.º 20/2015, de 09 de março.

## Transações relevantes com entidades relacionadas

### 1. Mecanismos implementados pela empresa para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo

Sendo a PARPÚBLICA uma sociedade de capitais públicos com a natureza de SGPS, é de esperar que possam ocorrer transações com o Estado, o seu único acionista, e com as suas empresas participadas, em particular as que integram o Grupo.

Relativamente às transações com o acionista, e apesar de haver ainda uma parcela do capital social por realizar, no montante de 39,5 Milhões €, há a referir que em 2018 não foi realizado qualquer montante. Mas no exercício de 2018 houve transações financeiras significativas entre o Estado e a PARPÚBLICA, todas estas enquadradas no nº 3 do artigo 131º do OE 2018 que estabeleceu um mecanismo que visa promover a regularização da dívida do Estado à PARPÚBLICA constituída como contrapartida das entregas de receitas de reprivatização efetuadas ao longo do tempo. Em execução das medidas contempladas na lei orçamental em junho de 2018 o Estado assumiu o empréstimo bancário que havia sido contraído pela PARPÚBLICA em 2013 junto de quatro instituições de crédito nacionais (a CGD, o BES – atualmente Novo Banco - o BPI e o Millennium BCP) o qual tinha associados outros tantos instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro. Na sequência da assunção do empréstimo e dos *swaps* associados o Estado procedeu à amortização antecipada do capital em dívida e à liquidação das posições passivas decorrentes dos instrumentos de cobertura, operações que envolveram o montante de 757,5 Milhões €, valor que foi abatido à dívida do Estado à PARPÚBLICA. Com o mesmo enquadramento legal e objetivo, em dezembro o Estado assumiu a dívida que a PARPÚBLICA tinha perante a CGD relacionada com a aquisição de dois lotes de ações EDP que integraram a 8.ª fase de reprivatização desta empresa, cujo preço deveria ter sido pago com o produto da operação de reprivatização. Na ocasião, o preço desta aquisição não foi pago porque a correspondente receita de reprivatização foi entregue ao Estado. O valor desta dívida ascendia aos 482 Milhões €. Igualmente em dezembro de 2018 o Estado, através da DGTF, procedeu à regularização de dívidas relativas a rendas e compensações por utilização de espaços constituídas perante a ESTAMO por parte de diversas entidades públicas. No quadro desta operação a ESTAMO cedeu os seus créditos, no montante de 90,7 Milhões €, à PARPÚBLICA, os quais foram subsequentemente regularizados pelo Estado no âmbito do artigo 131.º do OE 2018.

Como resultado das operações realizadas com base na autorização constante do n.º 3 do artigo 131.º da Lei que aprovou o OE 2018, a dívida do Estado à PARPÚBLICA passou de 4.588,8 Milhões € no final de 2017 para os 3.439,5 Milhões €, registados a 31 de dezembro de 2018, o que significa uma redução de 1.149,3 Milhões € num único exercício e traduz um esforço significativo do Estado no sentido da consolidação e do reforço da transparência das contas públicas, e da dívida pública em particular.

Todas estas operações foram conduzidas sob a orientação do Ministério das Finanças tendo sido desenvolvidas em estreita articulação entre a PARPÚBLICA, o IGCP e a DGTF.

Ainda quanto às relações entre a Sociedade e o seu acionista deve fazer-se referência à prestação de apoio técnico que a PARPÚBLICA vem assegurando à DGTF em três áreas fundamentais: i) a liquidação de sociedades, em concreto diversas sociedades Polis e a Empordef, ii) a gestão de responsabilidades do Estado decorrentes de processos de privatização realizados diretamente, e iii) a gestão de ativos que passaram para a titularidade do Estado

no âmbito do processo de liquidação da Parque EXPO98. Em contrapartida da prestação deste apoio, e em cumprimento dos contratos celebrados, a PARPÚBLICA faturou e recebeu, em 2018, o valor de 211,5 milhares €.

Há ainda a referir que a PARPÚBLICA está obrigada ao cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado. Tendo em conta a sua atividade específica e nos termos previstos na lei, a Sociedade foi autorizada a manter fora do IGCP alguns saldos e contas tendo em vista garantir o seguinte:

- a) Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- b) A gestão dos procedimentos inerentes ao pagamento do serviço da dívida, relativamente aos valores estritamente necessários para o serviço dos empréstimos, nas datas previstas para o efeito;
- c) A prestação de garantias bancárias, relativamente aos valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- d) Os valores necessários para o carregamento dos cartões refeição.

A PARPÚBLICA mantém junto do IGCP a quase totalidade das suas disponibilidades verificando-se que no final de 2018 o saldo junto daquela entidade representava 99,98% da totalidade das disponibilidades de tesouraria, pelo que não se coloca a questão da entrega à DGTF de eventuais rendimentos obtidos por aplicações fora do IGCP.

Quanto às transações entre a PARPÚBLICA e as suas participadas merece especial referência a operação concretizada no final de 2018, a que já se fez referência, que teve como objetivo final a regularização de dívidas de entidades públicas à ESTAMO cujo valor ascendia aos 90,7 Milhões €. Para viabilização desta operação a PARPÚBLICA assumiu os créditos da ESTAMO tendo em contrapartida sido reduzido o valor da dívida da ESTAMO à PARPÚBLICA decorrente da concessão de suprimentos pela *holding*. Assim, o valor dos suprimentos em dívida pela ESTAMO, que no final de 2017 ascendia aos 185 Milhões €, reduziu-se em 2018 para 59,9 Milhões €, redução que reflete também, e para além daquela compensação, a amortização do valor de 34,4 Milhões € por utilização de disponibilidades de tesouraria.

No que respeita ao apoio financeiro sob a forma de suprimentos que a PARPÚBLICA presta às suas participadas, em 2018 apenas foram concedidos novos suprimentos à CONSEST, no total de 365 milhares €, com o objetivo de assegurar o financiamento do funcionamento desta participada cuja atividade não tem gerado receita.

Desta forma, o valor global dos suprimentos concedidos pela PARPÚBLICA às suas participadas, que no final de 2017 ascendia aos 238,3 Milhões €, fixou-se no final de 2018 nos 113,5 Milhões €.

A atribuição de suprimentos é sempre decidida pelo Conselho de Administração da PARPÚBLICA com base em apreciação feita pela Direção de Assessoria Técnica e Acompanhamento de Empresas quanto à justificação e oportunidade de concessão desse apoio. As condições em termos de taxa de juro são definidas anualmente tendo por base o custo de financiamento da *holding* de acordo com os princípios dos preços de transferência. Os planos de reembolso são definidos tendo presente o prazo de maturidade dos investimentos, sempre que o apoio concedido se destina ao financiamento de investimentos. A concessão de suprimentos é sempre objeto de contratualização.

Sendo a PARPÚBLICA uma SGPS o pagamento de dividendos pelas participadas constitui a principal fonte de receita da Sociedade. O valor total recebido em 2018 ascendeu aos 73,7 Milhões €, valor que é significativamente inferior ao recebido em 2017 (137,1 Milhões €) ano em que a PARPÚBLICA, tal como os restante acionistas, recebeu da SPE um dividendo extraordinário no montante de 62,5 Milhões € que correspondeu à distribuição do resultado gerado com o acordo celebrado com as autoridades angolanas relativamente à SML – Sociedade Mineira do Lucapa, SARL.

Desconsiderado este dividendo extraordinário o valor recebido em 2018 está em linha, não só com o valor relativo a 2017, mas também com a média do triénio anterior 2014 – 2016.

A relação da *holding* com as participadas ultrapassa o plano estritamente financeiro, assentando num acompanhamento permanente e na prestação de apoio a diversos níveis, desde o apoio à definição de modelos estratégicos e de desenvolvimento de negócios ao apoio operacional ao desenvolvimento dos processos administrativos e técnicos de natureza transversal. Neste último âmbito a PARPÚBLICA tem em vigor com algumas das suas participadas e desde há anos, um modelo de partilha de recursos que asseguram funções que são comuns às diversas empresas e que incluem a gestão financeira, gestão de tesouraria e contabilidade, a gestão de recursos humanos, a gestão logística e as compras, a área jurídica e a gestão de comunicações e tecnologias de informação. O funcionamento deste modelo, no qual os recursos são centralmente geridos pela *holding*, assenta numa base de adesão voluntária e preserva a autonomia e a responsabilidade de gestão dos órgãos de administração das diversas empresas envolvidas.

Em 2018, fruto da adoção de novas ferramentas de trabalho, como seja o ERP e o Filedoc, mas também como reflexo das alterações verificadas no perfil da atividade e no modelo de negócio de algumas das empresas envolvidas, com maior destaque para FLORESTGAL e FUNDIESTAMO, a estrutura de partilha foi objeto de ajustamento de modo a adequar o funcionamento do modelo às necessidades efetivas de cada uma das empresas, que se alteraram também em função do reforço de algumas das estruturas próprias de cada sociedade, como foi o caso da FUNDIESTAMO cuja integração neste modelo foi substancialmente reduzida, podendo terminar em 2019.

Os termos de funcionamento deste modelo foram objeto de acordo entre as empresas havendo uma repartição dos custos com recursos humanos em função das necessidades previamente definidas e da correspondente disponibilidade dos meios.

## Outras transações

### **a) Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços**

A PARPÚBLICA possui procedimentos transparentes, adequadamente formalizados e divulgados, relativos à aquisição de bens e serviços, sendo que todas as compras efetuadas em 2018 ocorreram em condições de mercado e respeitaram todos os procedimentos e princípios definidos no *Regulamento para a aquisição de bens e serviços, locação de bens e contratação de empreitadas pela PARPÚBLICA*, o qual reflete todas as boas práticas estabelecidas para esta matéria.

De acordo com o Regulamento em vigor a regra geral é a da consulta ao mercado através de convite dirigido a um número significativo de potenciais fornecedores ou prestadores de serviços, o qual inclui o descritivo do bem ou serviço pretendido e a definição das principais condições exigidas. As respostas obtidas são objeto de análise tendo em vista validar a sua conformidade face ao convite formulado e apresentar uma avaliação de mérito relativo das diversas propostas. O relatório com o resultado dessa análise, contendo uma eventual proposta de adjudicação, é apresentada ao órgão de gestão juntamente com a informação sobre a existência de disponibilidade orçamental e a cabimentação da despesa. A decisão de adjudicação é sempre tomada pelo Conselho de Administração.

**b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado**

Não houve transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

**c) Fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos**

No quadro infra apresenta-se a lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

Fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos
Sensor - Organização e Gestão de Empresas, S.A.
BDO & Associados, SROC, Lda.
DBRS Ratings Limited
Grant Thornton Assoc. - SROC, Lda.
Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.
Vieira de Almeida & Associados

## Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

O objetivo central subjacente à atividade desenvolvida pelo Conselho de Administração tem sido o de dar execução às orientações estratégicas definidas para a PARPÚBLICA garantindo a sustentabilidade da empresa nas suas diversas vertentes.

Neste sentido a estratégia adotada tem visado maximizar o valor dos ativos, preservar a manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos e potenciar a capacidade de criação de valor das várias empresas que compõem o Grupo PARPÚBLICA e que atuam em diferentes áreas de negócios.

As metas fixadas para a empresa têm vindo a ser alcançadas e em alguns casos mesmo superadas. Contudo, o seu calendário de execução está por vezes dependente de decisões governamentais que podem visar objetivos de interesse público que ultrapassam a perspetiva específica da PARPÚBLICA, que não perde de vista a sua natureza instrumental no quadro das políticas definidas pelo Ministério das Finanças para o setor empresarial do Estado.

Tomando em consideração o seu estatuto e características próprias, a PARPÚBLICA desenvolve a sua atividade em benefício dos interesses financeiros do Estado, tendo alienado parte significativa da sua carteira de participações no âmbito da execução do programa de privatizações, sempre de acordo com as orientações e determinações do Governo em termos de calendário, modelo das operações e fixação de condições.



Tendo em conta as especificidades resultantes da sua atividade e na sequência da entrada em vigor do sistema de contas europeu SEC 2010, a PARPÚBLICA integrou a 1 de janeiro de 2015 o perímetro das administrações públicas. Este facto implicou um processo de adaptação da empresa, tanto nos meios humanos como nos meios técnicos, de maneira a garantir o cumprimento de todas as normas e procedimentos do sistema da contabilidade orçamental, assegurando, ao mesmo tempo, o cumprimento das normas de contabilidade e divulgação aplicáveis à vida de uma sociedade.

Como resultado das operações de (re)privatizações promovidas nos últimos anos, a carteira da PARPÚBLICA conta hoje com participações em menos empresas e, principalmente, tem agora um valor consideravelmente inferior ao que já teve no passado e, naturalmente, uma menor capacidade de gerar dividendos.

A redução irreversível da capacidade de gerar receita através de dividendos recebidos, primordial fonte de receita de uma SGPS como é a PARPÚBLICA, e dada a dimensão dos compromissos financeiros associados à dívida existente, a garantia da sustentabilidade financeira da sociedade através da estabilização de um novo modelo de negócio e de financiamento da Sociedade, constituíram os principais desafios colocados à gestão no início do atual mandato em 2017. As medidas entretanto adotadas, nomeadamente em execução das orientações muito relevantes constantes das Leis dos Orçamentos do Estado para 2017 e 2018 e também no OE 2019, têm já expressão visível no Balanço.

## **2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar as normas de qualidade**

A manutenção da sustentabilidade económica e financeira da Sociedade pressupõe também a salvaguarda do valor dos seus ativos. Seguindo essa linha de atuação, a atividade da empresa e do Grupo tem vindo a ser orientada tendo como finalidade a preservação dos equilíbrios mais importantes que garantam a sua sustentabilidade económica e financeira no contexto da atividade de uma sociedade gestora de participações sociais que se encontra em fase de reformulação do seu modelo de atuação.

Assegurar o valor intrínseco da carteira de participações, e naturalmente da respetiva rentabilidade, tem sido um dos principais objetivos. Outro objetivo presente na estratégia que tem vindo a ser prosseguida tem sido a reformulação do modelo de financiamento em linha com as orientações estabelecidas pelo Governo, nomeadamente através das últimas leis orçamentais. A evolução registada nestas duas áreas permite garantir o cumprimento dos compromissos assumidos, designadamente em relação aos credores.

Tendo em conta a atual conjuntura - caracterizada por grande incerteza, claramente acentuada pelos diferendos ao nível do comércio internacional, pela ausência de perspetivas quanto à concretização do Brexit e pela crescente relevância que algumas tendências políticas, minoritárias nas últimas décadas, têm vindo a alcançar em diversas partes do mundo, incluindo na Europa – a análise dos riscos inerentes à atividade da Sociedade, e ao enquadramento em que a mesma se desenvolve, assume uma importância reforçada de modo a permitir uma atuação proativa dos órgãos de gestão, condição necessária à defesa dos interesses da Sociedade.

Foi neste sentido que a PARPÚBLICA adequou, em devido tempo, o seu modelo de governo, o qual passou a integrar uma Comissão de Auditoria que coordena do ponto de vista funcional a Auditoria Interna. No exercício das suas



funções a área de Auditoria Interna teve um papel relevante na definição e sistematização dos procedimentos de execução e controlo, trabalho do qual resultou a elaboração do Manual de Procedimentos. A este Manual, que integra o sistema de controlo interno, constitui um importante instrumento para a gestão do risco, já que contribui para a adequada identificação e monitorização dos diversos riscos associados à atuação da empresa.

Como vem sendo referido neste relatório, a atuação da empresa e dos seus dirigentes, colaboradores e colaboradoras, está devidamente enquadrada por um sistema regulamentar e normativo estabelecido pelos órgãos próprios da sociedade tendo como principal objetivo garantir o cumprimento das suas obrigações, a preservação do valor dos ativos confiados à gestão da PARPÚBLICA e assegurar a qualidade dos serviços prestados. Esse sistema - composto por políticas, regulamentos e normas – inclui documentos como o *Código de Ética*, o *Plano para a Igualdade de Género*, assim como os que constituem a *Política de Gestão do Risco de Fraude e Infrações Conexas*, a *Política de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo*, o *Plano de Prevenção de Riscos de Fraude, Corrupção e Infrações Conexas*, e ainda os regulamentos de natureza operacional, designadamente os que dizem respeito às compras, à gestão documental e à segurança informática.

No seu relacionamento com o exterior, é importante mencionar que a PARPÚBLICA pretende assegurar o seu relacionamento com a sociedade civil mediante uma política de comunicação apropriada, que se pauta por princípios de rigor, transparência e oportunidade, utilizando os canais previstos nas normas aplicáveis ou que sejam mais adequados em cada situação. Para garantir o cumprimento desse objetivo, a PARPÚBLICA tem na sua equipa um profissional especializado em assessoria de imprensa, e designou um representante para as relações com o mercado e a CMVM. No seu site, a PARPÚBLICA faculta toda a informação pública sobre a sua atividade e sobre os principais aspetos do desenvolvimento dos negócios das suas participadas. O site constitui também o canal privilegiado para o acesso das empresas públicas que pretendem beneficiar do apoio prestado pelo Centro de Conhecimento e Competências.

Um dos objetivos para 2019 é a atualização do site tendo como objetivo facilitar a interação da PARPÚBLICA com todos os seus *stakeholders* e divulgar à sociedade em geral as atividades das sociedades do Grupo.

### **3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial**

#### **a) Responsabilidade Social**

No campo da responsabilidade social, tendo em conta que à PARPÚBLICA não foi atribuída a prestação de qualquer serviço público ou serviço de interesse geral, a sua interação direta com a Sociedade e/ou os cidadãos e consumidores é muito reduzida. Não obstante, e porque a Empresa e os seus colaboradores e colaboradoras não são alheios à envolvente social e às necessidades existentes nessa matéria, foi criado um grupo de trabalho na área da responsabilidade social. Esse grupo tem a finalidade de estruturar, dinamizar e apoiar iniciativas de cariz social, aproveitando a iniciativa e disponibilidade dos colaboradores e colaboradoras, que privilegiem a comunidade onde a PARPÚBLICA está inserida e os projetos que contribuam para a inclusão social, a formação e educação e a promoção da solidariedade.

## **b) Responsabilidade Ambiental**

Enquanto SGPS, a atividade da PARPÚBLICA não se depara diretamente com questões relevantes de natureza ambiental, a não ser na qualidade de utilizadora de bens e serviços. Todavia, a Empresa tem vindo a adotar um conjunto de diretrizes que espelham a sua preocupação em minimizar, nas diversas vertentes relevantes em matéria de sustentabilidade, os possíveis impactos negativos da sua atividade.

A Gestão da PARPÚBLICA, quer devido à relação com as suas participadas, quer pelo exemplo que tal pode representar para diversas entidades do Setor Empresarial do Estado, elegeu claramente a sustentabilidade, em particular ao nível ambiental, como elemento do maior relevo a acrescentar à sustentabilidade económico-financeira. A Administração da PARPÚBLICA, com crescente envolvimento de elementos da estrutura interna considera que o contributo que o Grupo pode dar no domínio da sustentabilidade é algo que importa valorizar em prol do futuro das empresas e da sua atividade, da economia e, com clareza, de todos nós e das gerações futuras.

Neste sentido, a partir de 2017 e de forma recorrente, os colaboradores e colaboradoras têm vindo a ser sensibilizados para a adesão às boas práticas comportamentais, com a finalidade de reduzir os consumos de energia e água, preocupação especialmente relevante quando os períodos de seca começam a ser preocupantemente recorrentes. Foram também melhoradas diversas práticas relacionadas com o encaminhamento de resíduos, com destaque particular para aqueles que são relacionados com desperdícios potencialmente poluidores, estando previstas medidas adicionais, do ponto de vista da separação e reciclagem. Através da utilização de novas ferramentas e processos de trabalho e na sequência do reforço na aposta no digital, tem vindo ainda a ver-se reduzido o consumo de papel e outros recursos, objetivo que se já produziu alguns resultados positivos, mas que se mantém por forma a conseguir uma redução ainda mais significativa nesta matéria.

De referir ainda que, culminando trabalhos desenvolvidos em 2018, no início de 2019 foi formalizada a adesão da PARPÚBLICA à ALIANÇA ODS PORTUGAL, reafirmando a sua concordância com os princípios das Nações Unidas e do UNGC, assumindo desta forma o compromisso de trabalhar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, constantes da Agenda 2030, aprovada em setembro de 2015. Esta situação conjuga perfeitamente com o facto de o atual Presidente do CA da PARPÚBLICA ser embaixador em Portugal para os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Dentro do Grupo PARPÚBLICA existem, no entanto, diversas empresas que atuam em áreas de negócio onde as questões ambientais se revestem de um relevo específico, pelo que justificam uma especial atenção. É o caso dos segmentos que se relacionam com o imobiliário e com a produção, distribuição e tratamento de águas, neste caso representado pela AdP. Este segmento inclui atividades diretamente relacionadas com matérias ambientais, sendo justamente o seu objeto principal contribuir para a salvaguarda do ambiente por meio de uma correta utilização de um recurso natural tão importante como a água. Destaca-se também neste âmbito, nomeadamente pelo seu impacto a nível regional, a atividade da Companhia das Lezírias, cujas preocupações ambientais, decorrem no desenvolvimento da sua atividade, de forma permanente, tanto a nível dos seus processos produtivos, como através de iniciativas específicas reconhecidas de forma pública. A gestão dos mercados abastecedores é ainda uma outra área de atividade onde as questões ambientais assumem especial relevância, sendo de destacar o conjunto de iniciativas que a SIMAB tem vindo a providenciar ultimamente, relacionadas com a utilização racional de recursos e outras preocupações de sustentabilidade ambiental. Também a FLORESTGAL é uma sociedade onde as questões

ambientais são relevantes, neste caso essencialmente numa perspetiva positiva se tivermos em conta que o objetivo da sua atividade é contribuir para a gestão eficiente da floresta e para o ordenamento do território, reforçando as bases de um desenvolvimento sustentável.

Desde 2017 a PARPÚBLICA inclui nos seus documentos de prestação de contas anuais um Relatório de Sustentabilidade onde todas estas matérias se encontram mais detalhadas e com informação suplementar.

#### **c) Adoção de Planos de Igualdade**

A PARPÚBLICA guia-se pelos princípios da legalidade e da ética empresarial designadamente ao promover a igualdade e a não discriminação, facilitando a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, nos termos do regime aplicável ao setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro<sup>3</sup>. Estes princípios estão subjacentes a todos os regulamentos e políticas adotados, a começar pelo Código de Ética.

#### **d) Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade de Género**

O Código de Ética que se encontra em vigor na PARPÚBLICA fomenta uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres. Nesse seguimento, tem-se tentado garantir um equilíbrio no que se refere ao número de colaboradores de ambos os géneros e da mesma forma assegurar, em situações de equivalência de conteúdo funcional, uma efetiva igualdade no que respeita às condições remuneratórias.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 8 de março, estabelece a obrigatoriedade de adoção, em todas as entidades do setor empresarial do Estado, de planos para a igualdade de género, determinando os preceitos a seguir pelas empresas para assegurar a implementação dessa medida. No desenvolvimento dessas orientações a PARPÚBLICA dispõe de um *Plano para a Igualdade de Género*, tendo esse documento sido elaborado através de um processo que envolveu todos os colaboradores e colaboradoras.

O *Plano para a Igualdade de Género* recomenda a presença plural de homens e mulheres nas nomeações de titulares de cargos de administração e de fiscalização e de direção. Esta recomendação é assumida pela PARPÚBLICA aquando da definição dos órgãos sociais das participadas e também na designação das estruturas internas de coordenação e direção da atividade operacional.

De igual forma, os processos de recrutamento são estipulados e dirigidos em termos adequados ao respeito pela igualdade de oportunidades.

#### **e) Políticas de Recursos Humanos**

Na área dos recursos humanos, a PARPÚBLICA tem vindo a implementar políticas orientadas no sentido da valorização dos colaboradores e colaboradoras, incluindo numa perspetiva individual, agindo com respeito e integridade junto dos seus trabalhadores e trabalhadoras, com o objetivo de contribuir ativamente para a sua valorização profissional. Os objetivos em vista assentam no fortalecimento da motivação e do estímulo, condições necessárias ao aumento da produtividade.

Neste sentido a empresa elabora anualmente um plano de formação onde integra o conjunto de ações formativas consideradas necessárias e oportunas tendo por base a avaliação dos responsáveis pelas diversas áreas e pelos

---

<sup>3</sup> Cfr. artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro

colaboradores e colaboradoras. Em 2018, no âmbito do plano de formação e para além de ações pontuais, as colaboradoras e os colaboradores que integram a Direção de Auditoria Interna e a Direção Financeira frequentaram diversas ações de formação em matérias relacionadas com o conteúdo funcional das respetivas funções. Em termos transversais as ações de formação mais relevantes levadas a cabo em 2018 estão relacionadas com a implementação das novas ferramentas de trabalho, o ERP e o Filedoc. Ainda no âmbito das ações dirigidas à generalidade das colaboradoras e colaboradores merece referência a formação em primeiros socorros ministrada por empresa especializada, que decorreu nas instalações da Sociedade e envolveu mais de uma dezena de colaboradores.

Refira-se ainda que em 2018, no âmbito do investimento na valorização profissional, a PARPÚBLICA apoiou a frequência de cursos de nível superior (licenciatura e pós-graduação) nas áreas jurídica e de gestão, por parte de duas colaboradoras.

#### **e) Política de Responsabilidade Económica**

No cumprimento das orientações do seu acionista único, o Estado Português e integrado no objetivo de assegurar a sustentabilidade financeira da sociedade, o que passe por garantir a preservação do valor e da rentabilidade dos seus ativos, a PARPÚBLICA segue uma estratégia assente nos princípios do rigor e da segurança.

Como ao longo de presente Relatório se procura dar conta a estratégia prosseguida tem vindo a permitir cumprir todos os compromissos contratualmente assumidos pela sociedade, nomeadamente perante os seus credores, tendo os objetivos estabelecidos, designadamente quanto à redução do endividamento, sem prejuízo da atividade corrente, do provimento de produtos e prestação de serviços, bem como da aposta no crescimento futuro das empresas, sido alcançados, mantendo-se a perspetiva de que a trajetória traçada em 2017 e 2018 se mantenha em 2019.

### **Avaliação dos princípios de bom governo**

Como se procurou dar conta ao longo do presente Relatório a PARPÚBLICA no desenvolvimento da sua atividade tem como preocupação garantir o cumprimento de todos os princípios de bom governo que se encontram definidos para as sociedades em geral, para as empresas com valores mobiliários admitidos a negociação em mercado regulamentado, e, muito em particular, os que se encontram foram estabelecidos para as empresas do setor empresarial do Estado através do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Neste sentido, estando a PARPÚBLICA sujeita ao acompanhamento e supervisão de diversas entidades, nomeadamente em matéria de governo societário, é de salientar que a sociedade não foi destinatária de qualquer recomendação ou sugestão relativa à alteração, ou ajustamento, da estrutura ou da prática do governo societário.

## Código de Ética

O artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro prevê que as empresas públicas adotem ou adiram a um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral.

Desde 2008 que a PARPÚBLICA tem em vigor o seu Código de Ética. A elaboração do Código de Ética constituiu uma forma de sistematizar os princípios básicos inerentes à atividade da Sociedade e de todos os seus colaboradores e colaboradoras. A adoção e divulgação do Código de Ética é também uma forma de clarificar perante terceiros o posicionamento da sociedade e dos que atuam em seu nome.

E se é certo que os princípios éticos não mudam o Código de Ética carece de atualização porque os procedimentos necessários à salvaguarda daqueles princípios têm que ser ajustados, nomeadamente em função da evolução tecnológica, de alterações no enquadramento legal e do contexto em que a atividade se desenvolve. A última revisão do Código de Ética da PARPÚBLICA teve lugar em maio de 2018.

Quer na sua elaboração quer na sua revisão, relativamente ao Código de Ética da PARPÚBLICA foram expressamente observadas as normas guia NP 4460-1:2007 e NP 4460-2:2010.

O sistema de princípios adotado tem como objetivo assegurar padrões de conduta que garantam o cumprimento da legislação, o rigor, a honestidade, a transparência e integridade, assim como a igualdade de oportunidades, a anticorrupção, a preservação ambiental, a sustentabilidade e a responsabilidade social, e ainda a confidencialidade e segurança da informação. Para além destes objetivos, a gestão e a condução da atividade é realizada de forma a promover a eficiência na utilização dos recursos e o desenvolvimento do capital humano.

O Código de Ética da PARPÚBLICA inclui os princípios que orientam a sua atuação e as medidas que visam garantir o tratamento justo e equitativo dos seus parceiros, nomeadamente os fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, como sejam os seus colaboradores e colaboradoras, todos os credores de um modo geral.

Assim, naquele Código refere-se que a Empresa *“segue uma política de recursos humanos orientada para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus colaboradores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional”*.

Complementarmente, a empresa *“atuará junto dos seus fornecedores e prestadores de serviços observando um comportamento baseado nas boas práticas existentes a nível do Setor Empresarial do Estado e respeitando os regulamentos internos que regem as aquisições de bens e serviços”*.

Mais se indica naquele documento orientador que a empresa *“promoverá a correção, a urbanidade, a afabilidade, o brio profissional e um tratamento baseado nos princípios de justiça e igualdade nas relações com fornecedores, prestadores de serviço e clientes”*.

Enfim, refere-se ainda no citado documento que a empresa *“avaliará anualmente o relacionamento com fornecedores, prestadores de bens e serviços e clientes, e, oportunamente e por forma a não prejudicar os interesses da Empresa, poderá cessar o relacionamento com aquela cuja atuação não esteja alinhada com este Código de Ética”*.

O Código de Ética da Empresa é objeto de adequada divulgação, encontrando-se disponível no sítio da Sociedade na internet, garantindo-se de igual forma a existência de um canal de comunicação e de resolução de dúvidas.